



ATA NÚMERO VINTE SEIS

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas, reuniu ordinariamente, na Junta de Freguesia das Gândaras, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:-----

1. Apreciação de uma informação escrita do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade municipal; -----
2. Proposta de aprovação do Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para o ano de 2026; -----
3. Proposta de aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2026; -----
4. Proposta de Transferência de competências e recursos do Município da Lousã para a Freguesia de Vilarinho; -----
5. Proposta de manutenção no âmbito de intervenção do Município de parte de competências a transferir para a Freguesia de Vilarinho; -----
6. Proposta de Transferência de competências e recursos do Município da Lousã para a Freguesia da Lousã; -----
7. Proposta de manutenção no âmbito de intervenção do Município de parte de competências a transferir para a Freguesia da Lousã; -----
8. Proposta de alienação da participação do Município no capital social da empresa EMEQUATRO Educação e Serviços, Lda; -----
9. Proposta de Adesão do Município da Lousã à ANAM Associação Nacional de Assembleias Municipais; -----
10. Proposta seguro de acidentes pessoais dos membros da Assembleia Municipal; -----
11. Apreciação e Votação da Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Municipal e do Regulamento da Transmissão em Direto das Sessões da Assembleia Municipal da Lousã; -----
12. Eleição de membro suplente do Presidente da Junta de freguesia representante do Município na ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses); -----



13. Proposta para a criação de uma comissão organizadora das comemorações dos 50 anos do poder local democrático; -----

14. Proposta para a criação da Assembleia Municipal Sénior. -----

O Senhor Presidente da Mesa deu início aos trabalhos começando por apresentar cumprimentos ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** e restante Executivo, Senhores membros da Assembleia Municipal e todos os presentes, com um cumprimento especial ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras pelo acolhimento desta assembleia-----

CHAMADA: -----

- Pedro Miguel Santinho Antunes -----
- João Pedro Pereira Ferreira de Melo -----
- Marília Dias Pereira -----
- Ana Filipa Vidal Francisco Simões -----
- João Diogo Veloso de Campos Curvelo -----
- Patrícia Alexandra de Oliveira Marques Ramalheiro -----
- António Paulo Xavier Magro -----
- Luís Manuel dos Santos que justificou a falta e foi substituído por Jorge Patrício
- Maria Guilhermina Saúde Ferreira da Silva Menezes Antunes -----
- Luís Miguel Vaz Martins -----
- José Alexandre Sanches da Gama Barros Ferreira -----
- Ana Isabel Glória Nunes -----
- Maria João Oliveira Miranda da Franca -----
- Guilherme Marques Batista -----
- Renato José Antunes Ferreira -----
- Daniela Patrícia Ferreira dos Santos -----
- Ana Paula Manuel Nunes -----
- Luís Henrique Rodrigues Duarte -----
- Luís Carlos Cristóvão Pires -----
- Rui Domingos Lima Morais -----
- Marco Aurélio Lopes Sequeira -----

Presidentes de Junta: -----

- Sofia Isabel Dias Simões Antunes -----



Y. Filipe

- Nelson Manuel Martins Gonçalves -----
- Alcindo José Gonçalves Quaresma -----
- António Joaquim Carvalho Seco -----
- Jorge Manuel Sequeira Lima -----

O Executivo: -----

Victor Eugénio das Neves Carvalho -----

Ana Paula Dias Neves Sançana -----

Luís Filipe Sousa Santa -----

Cristina Maria Fernandes Silva -----

António Manuel Antunes Marçal -----

Maria Helena Gomes Correia -----

Domingos Manuel Mendes Lopes, justificou a falta; -----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras que cumprimentou todos os presentes e disse, “assumo hoje este palco para dar voz às preocupações legítimas dos nossos concidadãos. Observamos que, ainda antes desta tomada de posse, diversas artérias da nossa freguesia começaram a ser intervencionadas para a instalação de redes de gás natural e reforço elétrico. Perante este cenário, questiono: está previsto o devido e integral alcatroamento destas vias? Falamos de ruas que não recebem manutenção há anos e que não podem ser deixadas ao abandono após estas aberturas de valas. Recordo, a título de exemplo, a intervenção pré-eleitoral na Rua da Quelha. O resultado, infelizmente, é visível: a acumulação de águas pluviais à porta dos residentes criou situações inadmissíveis. O que poderia ser um benefício tornou-se um transtorno penoso para quem ali vive. No âmbito dos investimentos estruturais, causa-nos estranheza que, num pacote de 15 milhões de euros destinado à requalificação do parque escolar da Lousã, não tenha sido contemplado um único euro para a Escola das Fontainhas. A educação e o bem-estar das nossas crianças não podem ser esquecidos. A história ambiental das Gândaras tem sido marcada por desafios. Se no passado superámos a poluição do Papel do Prado e os odores de uma ETAR mal localizada, não podemos hoje aceitar retrocessos. É incompreensível que, num passado recente, tenha sido executado um ramal



de saneamento em pleno leito do rio. O que a oposição alertou na altura é hoje uma realidade trágica: esgotos a céu aberto no último verão e a descaracterização das margens e açudes da Ribeira de Arouce, resultando na destruição de caminhos florestais e inundações sistemáticas. A par disto, o recente ramal de saneamento da Zona Industrial revela graves falhas de projeto. Sempre que a pluviosidade aumenta, os efluentes transbordam, contaminando cursos de água e terrenos circundantes. Estamos perante um atentado ambiental que exige uma solução técnica urgente e definitiva. Senhor Presidente da Câmara Municipal, a pergunta que deixo é direta e honesta: está disponível para, em conjunto, mudarmos o rumo da Freguesia das Gândaras? A população que represento merece que o seu destino seja alterado para melhor. Eu estou inteiramente disponível para esse trabalho. Resta saber se o Município terá a mesma vontade política de investir e proteger esta freguesia e as suas gentes." -----

O Sr. Presidente da Câmara referiu compreender as preocupações manifestadas relativamente ao estado de algumas vias, reconhecendo que a situação atual resulta, em parte, das intervenções e obras realizadas, consideradas investimentos estruturantes. Reconheceu a existência de constrangimentos em algumas zonas do concelho, designadamente em arruamentos onde se verificaram intervenções recentes que não ficaram devidamente concluídas ou carecem de ajustes adicionais. Informou que essas situações estão identificadas pelos serviços municipais e que está previsto, durante o próximo ano, proceder a intervenções de correção e beneficiação. Salientou que existe vontade política do executivo para resolver os problemas identificados, bem como empenho em encontrar as soluções financeiras necessárias para a sua concretização. Apelou ainda à colaboração dos Senhores Presidentes de Junta e dos membros da Assembleia Municipal para que façam chegar aos serviços municipais as necessidades e prioridades das respetivas freguesias, de modo a permitir o adequado enquadramento e planeamento das intervenções. Concluiu reafirmando o compromisso do executivo em dar resposta às preocupações apresentadas, dentro das



27/10

possibilidades existentes, e agradeceu as intervenções efetuadas. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O Sr. Miguel Gonçalves tomou a palavra cumprimentando todos os presentes e começou por apresentar um pedido de desculpas pessoal e público ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, e ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serpins, pelas declarações proferidas após o ato eleitoral, reconhecendo existiu um excesso da sua parte. Manifestou o seu desagrado relativamente à postura do Senhor Presidente da Câmara, referindo considerar excessiva a sua presença pública em diversos eventos, entendendo que tal revela uma governação mais focada na imagem do que na resolução efetiva dos problemas do concelho. No que concerne à área da saúde em Serpins, questionou quais as medidas previstas para repor os serviços de saúde na freguesia. Abordou ainda alegados problemas graves no Corpo de Bombeiros da Lousã, que, segundo referiu, lhe foram transmitidos por vários voluntários, designadamente: insuficiência de equipamentos de proteção individual; utilização de equipamentos improvisados ou inadequados; falta de botas e luvas apropriadas; desigualdade no fornecimento de equipamentos entre bombeiros profissionais e voluntários; incumprimento de compromissos por parte do comando; deterioração do ambiente interno; ausência de formação contínua há mais de um ano; e falhas de comunicação interna relativas a planos, objetivos e organização da corporação. Por fim, referiu declarações anteriormente atribuídas ao Senhor Presidente da Câmara, enquanto candidato, relativas à eventual substituição do comandante dos bombeiros, questionando a coerência da atual posição. -----

O Sr. Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção referindo que aceita o pedido de desculpas apresentado, acrescentando que, ao longo do mandato, poderão ainda surgir outras situações que exijam retratações, salientando a importância de elevação e respeito no debate político. Relativamente às críticas sobre a sua presença pública em diversos eventos, esclareceu que participa nas iniciativas no exercício das suas funções e em representação do Município, não por motivos



de promoção pessoal. Referiu que a divulgação das atividades autárquicas decorre do trabalho desenvolvido em prol do concelho e que continuará a marcar presença sempre que tal se justifique, considerando que informar a população faz parte das suas responsabilidades. No que respeita aos serviços de saúde em Serpins e na Lousã, afirmou que o executivo tem vindo a trabalhar para melhorar os serviços prestados às populações e que esse trabalho terá continuidade, reconhecendo que há sempre margem para melhoria. Quanto à situação dos Bombeiros, referiu não ter compreendido totalmente algumas das acusações apresentadas, mas reconheceu que existem questões a resolver. Salientou que os problemas identificados não se solucionam de imediato, exigindo diálogo, compreensão e entendimento entre as partes envolvidas. Acrescentou que nunca proferiu declarações depreciativas sobre o atual Comandante e que as soluções passarão pelo trabalho conjunto e responsável. Rejeitou igualmente qualquer falta de capacidade para assumir o pelouro da Proteção Civil, afirmando estar tranquilo quanto ao exercício das suas funções e comprometido com a segurança e bem-estar da população. Concluiu apelando a um debate político feito com respeito, dignidade e sentido institucional, dignificando a Assembleia e os seus intervenientes. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

VOTAÇÃO DAS ATAS: -----

Colocadas à votação as atas das sessões ordinárias número 23 e 24, realizadas nos 29 de setembro e 29 de outubro de 2025, respetivamente. Relativamente à ata n.º 23 da sessão de 29/09/2025, última do mandato anterior, esclareceu que a mesma não será colocada a votação na sua versão integral, uma vez que, nos termos da Lei n.º 75/2013, a aprovação de atas é competência exclusiva dos membros que participaram na respetiva reunião durante o decurso do seu mandato. Tendo ocorrido a cessação de funções desses membros após as eleições, os atuais membros da Assembleia Municipal não têm legitimidade para proceder à sua aprovação. Assim, determinou que a ata da referida sessão seja registada como "não aprovada por cessação de mandato", mantendo-se, contudo, válida e eficaz a minuta aprovada na própria sessão, a qual assegura todos os efeitos jurídicos das deliberações então tomadas.



Informou ainda que esta decisão será publicitada e arquivada nos termos regulamentares. A ata n.º 24 da sessão de vinte e nove de outubro foi aprovada por unanimidade pelos deputados que estiveram presentes, não tendo participado na votação os membros que dela não fizeram parte. -----

CORRESPONDÊNCIA: -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que, doravante, passará a ser enviada previamente aos membros da Assembleia Municipal a lista de correspondência recebida, de modo a facilitar a sua análise e acompanhamento. Esclareceu que, na presente sessão, faria apenas um breve resumo da correspondência recebida. -----

07/11/2025 - Gala da Educação 2025; -----

12/11/2025- Conferência de Imprensa de Apresentação da 34ª Feira do Mel e da Castanha da Lousã; -----

21/11/2025- Inauguração da 34ª Feira do Mel e da Castanha - 21 de novembro, 18h, Parque Municipal de Exposições Mário Soares; -----

16/12/2025 - Convite - Cerimónia de Inauguração do Sistema de Mobilidade do Mondego; -----

MOÇÃO: Sessão Evocativa do 25 de novembro -----

João Curvelo interveio cumprimentando todos os presentes e apresentou uma moção defendendo que o dia 25 de novembro de 1975 deve merecer um enquadramento e celebração condizentes com a sua relevância histórica para o país. Referiu que o 25 de novembro só foi possível no contexto do 25 de abril de 1974, reconhecendo a importância deste último na abertura do regime democrático. Contudo, salientou que, no seu entendimento, a situação política saída do 25 de abril não se encontrava plenamente consolidada, existindo diferentes caminhos possíveis para o futuro do país. Sustentou que foi a 25 de novembro de 1975 que se garantiu a consolidação de uma democracia pluralista e liberal, através da ação de militares e forças políticas que impediram a adoção de soluções de natureza não democrática, permitindo a afirmação de Portugal como um país livre e democrático. Nesse sentido, propôs que também no concelho da Lousã o dia 25 de novembro seja assinalado através



de uma sessão evocativa na Assembleia Municipal, à semelhança do que sucede com outras datas relevantes da história nacional. -----

Documento que por ser extenso se encontra integralmente transcrito no livro anexo a esta ata com o número 1(DOC 1 (um)) -----

José Ferreira interveio saudando todos os presentes e manifestou regozijo pela moção apresentada pela Coligação "É Hora de Mudar" (PPD/PSD.CDS-PP) relativa à evocação da data de 25 de novembro de 1975. Referiu que, no seu entendimento, o 25 de novembro constitui um marco determinante do regime democrático vigente, devendo ser comemorado em memória daqueles que contribuíram para impedir soluções de natureza não democrática, salvaguardando as liberdades fundamentais. Acrescentou que a Coligação se antecipou na apresentação da moção, salientando que o Grupo Municipal do Chega ponderava igualmente apresentar iniciativa semelhante na primeira sessão da Assembleia Municipal de 2026. Concluiu declarando o voto favorável à moção e sugerindo que, numa futura sessão solene evocativa do 25 de novembro, seja ponderada a atribuição do nome do General António Ramalho Eanes e do Comandante Jaime Neves a uma praça, avenida, rua ou equipamento municipal. -----

Paulo Magro cumprimentou todos os presentes e interveio para manifestar a sua concordância com a moção apresentada. -----

João Pedro Melo, declarou não subscrever a moção apresentada. Sublinhou a importância do 25 de novembro de 1975 no processo democrático, defendendo que este representa a consolidação da democracia, mas não pode ser equiparado ao 25 de Abril de 1974, considerado o dia fundador da liberdade e da democracia em Portugal. Recordou os acontecimentos anteriores que visaram travar o processo democrático e destacou o papel do Grupo dos Nove, de Ramalho Eanes e do Partido Socialista, liderado por Mário Soares, na defesa da democracia pluralista. Rejeitou tentativas de reescrita da história, afirmando que a democracia não nasceu duas vezes, e informou que apresentará declaração de voto. -----

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a votação moção "Sessão Evocativa do 25 de novembro, foi aprovada por maioria com oito votos contra



e uma abstenção do PS, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 1 (um). -----

PONTO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Joaquim Seco, Ana Paula Nunes, Renato Ferreira, Luís Pires, João Melo, Rui Morais, João Curvelo e Paulo Magro. -----

Joaquim Seco cumprimentou todos os presentes e salientou a necessidade de intervenção no acesso à instituição de solidariedade social ADIC, referindo tratar-se de uma valência com cerca de 180 utentes e com circulação diária significativa de viaturas. Indicou, em particular, o troço da Rua do Outeiro como sendo estreito e a necessitar de alargamento, uma vez que se trata de uma intervenção prioritária face à importância da instituição. Abordou ainda a questão da reparação de pavimentos após intervenções em infraestruturas, referindo que, embora as entidades responsáveis procedam à reposição do alcatrão após ruturas, as condições acabam por se degradar com o tempo, originando buracos e irregularidades. Defendeu uma atuação mais articulada entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia para identificação e resolução célere dessas situações, manifestando disponibilidade para colaborar na sinalização e acompanhamento das necessidades. Por fim, referiu a necessidade de reforço de meios operacionais à Junta de Freguesia, nomeadamente, a disponibilização de uma retroescavadora por um período determinado, considerando que tal equipamento é essencial para a execução eficaz de trabalhos de manutenção e pequenas intervenções no território. -----

Ana Paula Nunes cumprimentou todos os presentes e apresentou dois alertas relacionados com sinalização rodoviária no concelho. O primeiro referente à circulação junto à antiga estação, na zona atualmente servida pelo Metro Mondego. Referiu que existe uma via de sentido único cuja sinalização poderá não estar suficientemente clara, o que tem originado dúvidas na circulação e algumas situações de conflito e acidentes. Propôs que seja revista e reforçada a sinalização existente, eventualmente com colocação de sinalização de regulamentação mais adequada, de forma a prevenir incidentes e melhorar a segurança rodoviária. Quanto ao cruzamento da Rua do Comércio, manifestou preocupação quanto à atual organização da prioridade, considerando que a



solução adotada poderá não ser a mais adequada, atendendo às características da via, ao volume de tráfego e às condições do pavimento. Solicitou, por isso, que a situação seja analisada tecnicamente, no sentido de avaliar eventual reformulação da sinalização e melhoria das condições de segurança. -----

Renato Ferreira cumprimentou todos os presentes e relativamente ao Programa "Aldeias Seguras", questionou a eficácia das medidas implementadas após os incêndios ocorridos no passado verão, nomeadamente se foi realizada alguma análise ou briefing local para avaliação do que funcionou e do que necessita de correção, bem como sobre as situações identificadas para intervenção imediata e as ações previstas a médio e longo prazo para reforço da segurança. Manifestou preocupação com o aumento significativo do tráfego automóvel nas aldeias da serra, em particular na aldeia do Talasnal, sobretudo em períodos festivos e aos fins de semana, originando congestionamentos e dificuldades de circulação, com potenciais riscos para a resposta dos meios de socorro em caso de emergência. Nesse contexto, questionou se a autarquia tem previstas medidas para minimizar este problema, designadamente ao nível da gestão de tráfego, criação de estacionamento alternativo ou reforço da sinalização, de forma a garantir a segurança de residentes e visitantes. -----

Luís Pires cumprimentou todos os presentes e apresentou um pedido relativo à melhoria da rede de carregamento de veículos elétricos na Lousã, tendo salientando que, a potência de carregamento atual é insuficiente para uma utilização diária, exigindo tempos de imobilização prolongados. Sugeriu a criação de um posto estratégico com dois carregadores de velocidade média (50 a 60 kW), permitindo aos visitantes carregar os veículos de forma eficaz durante a estadia e reforçando a imagem da Lousã como destino moderno e preparado para a transição energética. Destacou ainda, a necessidade de manutenção constante dos equipamentos existentes, considerando que esta intervenção contribuirá para responder às expectativas da população e valorizar o concelho. -----

João Melo solicitou o ponto da situação sobre o fecho das urgências do Hospital dos Covões. Questionou sobre ponto da situação da queixa apresentada pela



173
h/m/10

Câmara Municipal ao Ministério Público sobre a alegada manobra “tática” de queima ocorrida no final do incêndio do passado mês de agosto, que terá afetado mais de 330 hectares, nomeadamente quanto à determinação de responsabilidades, eventual autorização da referida manobra e conhecimento do Comandante das Operações de Socorro (COS). E por fim perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, se a câmara foi notificada para o exercício do direito de preferência na aquisição da Quinta de S. José. -----

Rui Morais cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção destacando a importância de respeitar diferentes pontos de vista, salientou que, em democracia, a crítica política é legítima e saudável, mas deve ser sempre feita de forma respeitosa, sem hostilidade pessoal, lembrando que a legitimidade democrática decorre do voto popular. Frisou que a diferença entre opiniões deve ser encarada de forma construtiva, preservando o respeito e a elevação democrática. Defendeu que, no âmbito da Assembleia Municipal, todos os membros devem pautar-se pela razão e pelo coração, privilegiando a amizade, a colaboração e a defesa da democracia, e reforçou a necessidade de atuar sempre com ética, respeito e espírito de colegialidade. Concluiu agradecendo a atenção de todos e reiterando o compromisso com a defesa da democracia e com a convivência harmoniosa no seio da Assembleia Municipal. -----

João Curvelo cumprimentou todos os presentes e felicitou de modo especial o Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, a restante Mesa, pela eleição. Salientou que, muitas propostas apresentadas, durante o mandato anterior, para melhorar o funcionamento da Assembleia Municipal serão agora implementadas, destacando a atuação construtiva e focada nos interesses dos Lousanenses. Cumprimentou o Presidente da Câmara Municipal, Vice-Presidente, vereadores e restantes deputados, desejando a todos um bom mandato. Referiu, a importância política da mudança ocorrida em 2025, destacando a responsabilidade da atual coligação “É Hora de Mudar” PSD/CDS em melhorar a realidade do concelho e a vida dos cidadãos. Reafirmou o compromisso de cooperação e lealdade institucional na Assembleia, valorizando a fiscalização construtiva do Executivo, com intenção



de enaltecer os feitos do executivo quando apropriado, mas sempre com sobriedade. Por fim, dirigiu votos de um mandato profícuo a todos os deputados. -----

Paulo Magro cumprimentou todos os presentes e manifestou preocupação relativamente ao término do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e às possíveis consequências para a execução de investimentos estruturantes, nomeadamente na área da educação e da saúde, destacando a intervenção na escola e no centro de saúde como projetos prioritários para a qualidade de vida e coesão social do Concelho. Solicitou esclarecimento ao Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, sobre o plano de contingência previsto para o período pós-PRR, nomeadamente quanto às alternativas de financiamento a equacionar, de forma a garantir que estas obras não fiquem suspensas, adiadas ou comprometidas na sua qualidade. Realçou a importância de assegurar transparência junto da assembleia e dos munícipes, garantindo a concretização destes projetos estruturantes independentemente do enquadramento financeiro. -----

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a intervenção, destacando a Feira de Natal e o carácter de partilha e voluntariado do evento, sublinhando que, apesar do baixo custo, a iniciativa permitiu criar uma experiência diferenciada para a comunidade. Informou que a autarquia está a desenvolver uma equipa específica para apoiar os trabalhos das Juntas de Freguesia, reforçando os serviços às populações, e que, a partir de janeiro, será iniciado um procedimento de contratação de pessoal adicional, de forma a garantir a qualidade do atendimento e execução das solicitações apresentadas. No âmbito da circulação rodoviária, abordou a situação junto à estação e em diversos pontos do centro da vila, reconhecendo constrangimentos e a necessidade de estudo técnico da circulação automóvel. Destacou que não será adequada, a colocação imediata de sinalização definitiva, junto à estação, sendo necessário estabilizar a operação do Metro e avaliar as melhores soluções para coexistência segura entre veículos e transporte ferroviário ligeiro. Salientou ainda que a autarquia tem acompanhado e avaliado a situação, procurando soluções integradas para melhorar a



Dr. João
Magro

segurança e o conforto dos utilizadores. Esclareceu que o programa das aldeias seguras, continua a decorrer no âmbito do ano anterior, estando já a ser trabalhado para o ano de 2026, onde vai contemplar mais aldeias. O Talasnal tem sido uma preocupação, devido ao aumento de afluência de trânsito na aldeia, o Turismo é uma mais-valia, mas a segurança das pessoas é uma prioridade e o executivo está atento e a estudar a melhor forma de poder melhorar a situação. Em relação à intervenção do Sr. Luís Pires, disse ser um problema que alguns munícipes já tinham feito chegar ao executivo e que está a ser acompanhado. Em relação o fecho das urgências do Hospital dos Covões disse não ter não ter informações concretas e que aguarda desenvolvimentos, que possam surgir com a alteração de funcionamento das ULS. Quanto à queixa apresentada ao ministério público, esclareceu que ainda se encontra a decorrer. Referindo-se a Quinta de São José, esclareceu que, até ao momento, não houve qualquer comunicação formal de intenção de exercício do direito de preferência. Sublinhou que o projeto privado apresentado será avaliado quanto à sua viabilidade e benefícios para o concelho, incluindo a criação de postos de trabalho, e que se realizará uma análise mais aprofundada em futura Assembleia Municipal. No que respeita a obras financiadas pelo Programa PRR, mencionou que a conclusão dos projetos deverá ocorrer até 30 de junho, salientando a importância de preparar planos alternativos para garantir o cumprimento dos prazos, nomeadamente na Escola Secundária e outros projetos de grande investimento, avaliando riscos e evitando constrangimentos financeiros e operacionais. Concluiu reiterando que a autarquia acompanha permanentemente todas as situações, estando disponível para prestar esclarecimentos adicionais aos membros da Assembleia que necessitem de informações complementares, e solicitou que quaisquer dúvidas ou pedidos de conhecimento fossem dirigidos à Mesa após a sua intervenção. -----

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

1. Apreciação de uma informação escrita do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade municipal; -----

Inscrições: Patrícia Ramalheiro, Marília Pereira, Marco Sequeira, Renato Ferreira, Luís Martins, João Curvelo e Paulo Magro. -----



Patrícia Ramalheiro cumprimentou todos os presentes e na sequência do incêndio ocorrido no passado mês de agosto na Serra da Lousã, referiu que se registaram perdas significativas ao nível do património natural, cuja recuperação será um processo prolongado. Manifestou preocupação com o estado atual da rede de percursos pedestres do Concelho, que apresenta riscos para os utilizadores, num contexto em que a Lousã continua a ser um destino turístico procurado, nomeadamente por caminhantes e visitantes das Aldeias de Xisto. Salientou a necessidade de uma intervenção urgente ao nível da manutenção e recuperação dos trilhos, tendo em conta a utilização frequente para turismo e práticas desportivas, de forma a garantir condições de segurança e atratividade do território. Referiu ainda que o percurso PR3 – Rota da Levada, com início na Aldeia de Xisto do Candal, se encontra interdito desde o incêndio, com prejuízos para a dinâmica turística da referida aldeia. Neste contexto, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a existência de intervenções prioritárias previstas para os trilhos pedestres, face ao seu estado atual, e se essas ações se encontram integradas no plano de execução da recuperação da Serra da Lousã após os incêndios, conforme compromisso anteriormente assumido. -----

Marília Pereira cumprimentou todos os presentes e abordou a temática da prestação de cuidados de saúde primários no concelho da Lousã, destacando que se trata de matéria de grande interesse público e que tem sido considerada, tanto pelo executivo anterior como pelo atual, uma prioridade estratégica. Salientou que este setor enfrenta desafios complexos, em particular devido ao envelhecimento da população, ao aparecimento de doenças agudas e surtos pandémicos. Reforçou a importância da proximidade dos serviços de saúde com a população, tanto para a prevenção de complicações de doenças crónicas e fatores de risco, como para a prevenção do aparecimento de doenças evitáveis. Referiu dados estatísticos do Censos de 2021 e do Inquérito Social da Câmara da Lousã de 2024, destacando um índice de envelhecimento no concelho de 172% e um índice de dependência de idosos de 35%, enquanto na freguesia de Serpins os valores eram de 206% e 42%, respetivamente, evidenciando a variabilidade e o crescimento progressivo da



população idosa. Colocou ao executivo municipal diversas questões, nomeadamente: quais as diligências concretas desenvolvidas junto da ULS e do Ministério da Saúde para a reabertura da Unidade de Saúde de Serpins; que medidas foram implementadas para assegurar o serviço de atendimento complementar na Lousã; que soluções estão previstas para garantir a proximidade e acessibilidade dos cuidados de saúde, tendo em conta a dispersão geográfica do concelho. Quanto à situação do segundo edifício do Polo de Saúde da Lousã questionou sobre a fase atual da obra, se estão a ser cumpridos os prazos inicialmente previstos, qual a data estimada de conclusão, como será feita a aquisição de equipamentos ajustados às equipas, e de que forma será feita a ocupação, do edifício, com as unidades de saúde existentes. Em relação ao projeto com o financiamento do PRR, questionou quais as medidas a adotar caso o projeto não seja concluído dentro dos prazos estabelecidos. Reforçou ainda que estas questões correspondem a preocupações concretas da população e que o executivo municipal deve fornecer informações detalhadas, objetivas e transparentes, promovendo uma gestão responsável e colaborativa no âmbito da área da saúde, disponibilizando-se desde já para colaborar nesse processo. -----

Marco Sequeira cumprimentou todos os presentes e colocou duas questões ao Senhor Presidente da Câmara. A primeira relativamente à reunião realizada com o Senhor Ministro Miguel Pinto Luz, no que respeita ao IP3 e à N17, questionou se existem novidades relevantes quanto à alternativa à N17 e à melhoria do IP3. Referiu ainda que, segundo foi mencionado, terão sido abordados “outros projetos para a Lousã”, solicitando que o Senhor Presidente pudesse adiantar informação adicional sobre esses projetos. A segunda questão, relacionada com a Escola Secundária da Lousã, perguntando qual o ponto de situação da obra e se a mesma está a decorrer dentro dos prazos previstos. -----

Renato Ferreira colocou questões ao Senhor Presidente da Câmara referentes a algumas obras e equipamentos considerados essenciais para o Concelho. Relativamente à requalificação da Escola Básica n.º 2 da Lousã, solicitou o ponto de situação da empreitada, nomeadamente quanto à celebração do



contrato, previsão de início e conclusão das obras e garantia do financiamento. Quanto à estabilização da EM 580 (Lousã–Castelo–Sra. da Piedade), questionou o plano de trabalhos para os próximos meses, atendendo à inexistência atual de trabalhos no local, bem como se está previsto novo encerramento da via para conclusão da empreitada, a manutenção da circulação e a data prevista para a conclusão dos trabalhos. No que respeita aos Equipamentos de Proteção Individual dos Bombeiros Municipais, questionou se, para além da recente entrega de EPI florestais promovida pela CIM Região de Coimbra, a autarquia tem prevista a disponibilização de mais equipamentos de proteção individual ou outros recursos, com vista ao reforço da segurança e da capacidade operacional dos bombeiros municipais. -----

Luís Martins tomou a palavra e cumprimentou todos os presentes, procedendo de seguida a uma análise da situação financeira do município. Referiu que, relativamente à informação financeira reportada aos 11 meses de exercício, importa centrar a análise na atividade corrente, por ser esta que traduz a sustentabilidade estrutural da gestão municipal. Ao nível das receitas correntes, informou que se regista uma taxa de execução de 87,71%, evidenciando uma boa capacidade de arrecadação. Salientou que este desempenho é sustentado, sobretudo, pelo forte crescimento dos impostos diretos, cuja cobrança ultrapassa os 5 milhões de euros, representando um aumento próximo de 32% face ao período homólogo. No âmbito dos impostos diretos, destacou quatro rubricas fundamentais. O IMI apresenta crescimento da receita, resultado da atualização das matrizes prediais e do alargamento da base tributária. O IMT regista uma evolução muito positiva, refletindo a dinâmica do mercado imobiliário, embora se trate de uma receita de natureza conjuntural. A derrama evidencia crescimento associado ao desempenho das empresas do concelho, estando igualmente sujeita à evolução do ciclo económico. Já a participação no IRS mantém uma trajetória crescente, refletindo a evolução do rendimento coletável dos munícipes, embora dependa de fatores externos à gestão municipal. Relativamente à despesa corrente, referiu que a execução se situa em 76,10%, sendo particularmente relevante o comportamento das despesas com pessoal, que apresentam um nível de compromisso próximo dos



100% e um crescimento superior a 11% face ao ano anterior, representando já cerca de 44% da despesa corrente. Acresce o aumento das aquisições de bens e serviços, o que contribui para uma maior rigidez da despesa corrente e reduz a margem de ajustamento futuro. Apesar deste enquadramento, salientou que o município cumpre a regra do equilíbrio corrente, apresentando um saldo positivo superior a 2,3 milhões de euros, o que constitui um indicador financeiro positivo. Contudo, referiu que este equilíbrio é alcançado num contexto de crescimento da receita fiscal, recurso ao saldo de gerência anterior e elevada execução de fundos externos. Em síntese, concluiu que, aos 11 meses, a situação financeira do município é equilibrada e sólida; porém, a análise integrada evidencia que o crescimento da despesa corrente exige acompanhamento atento, sob pena de comprometer a flexibilidade futura do município. -----

João Curvelo abordou a reabertura do Ramal da Lousã, após quinze anos de encerramento, apresentando um resumo histórico sobre este, incluindo: o protocolo assinado entre Governo de Cavaco Silva e Câmara de Coimbra (1986–1989) para eletrificação do Ramal e construção de túnel na Baixa de Coimbra, posteriormente inviabilizado após eleições de 1989; o lançamento do concurso público internacional durante o Governo de Pedro Santana Lopes para construção de metro de superfície em parceria público-privada, que não se concretizou devido à falta de concordância das Câmaras da Lousã e Miranda do Corvo; a providência cautelar da Câmara da Lousã que levou à anulação do concurso, já sob Governo de José Sócrates (2005), mantendo-se a questão sobre a solução a adotar entre Lousã e Serpins; a destruição do Ramal da Lousã e lançamento do projeto de metro sem financiamento integral assegurado, posteriormente abandonado; a implementação atual do MetroBus sobre pneus, solução adotada pelo Governo de António Costa, com participação das autarquias de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo, reconhecendo-se a contribuição do Governo da AD na introdução de melhorias. Colocou questões sobre a operação do MetroBus, nomeadamente: a lotação elevada nas composições e eventuais medidas para mitigar este problema; o valor do passe (40 € para três concelhos) e eventual redução



futura; o tempo de viagem e possibilidade de serviços mais rápidos com paragem apenas nas estações principais, similar ao anterior serviço ferroviário. Abordou também a questão da APIN, com referência a esclarecimento recente da empresa sobre utilização indevida da participação do município de Penacova, e questionado o executivo municipal sobre as medidas que estão ou estarão a ser tomadas para resolver ou mitigar o encargo financeiro que a APIN representa para o município da Lousã. -----

Paulo Magro referiu, a reunião de trabalho realizada na CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, no dia 18 de dezembro, relativa a financiamentos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Fez referência a alguns eventos recentes promovidos pelo Município da Lousã, destacando-se a XXXIV edição da Feira do Mel, a inauguração da iluminação de Natal nas aldeias do Talasnal e Candal, o Mercado de Natal de Serpins e a iniciativa “A Lousã Tem Natal”. No âmbito social, referiu a entrega de 90 Cabazes de Natal pelo Município, realizada a 19 de dezembro, no Auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, abrangendo 355 pessoas, das quais 188 crianças e jovens, residentes no Concelho e em situação de carência. Assinalou também o iniciou a operação do Metro Mondego entre Serpins e a Portagem (Coimbra), o que representa um marco histórico para o Concelho e para a região, melhorando significativamente as condições de mobilidade. -----

O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra e no que respeita à rede viária e florestal, referiu que o Município já garantiu financiamento europeu para intervenções prioritárias, encontrando-se numa fase inicial de estabilização e planeamento, com vista à requalificação de caminhos e à preparação de terrenos para futura utilização, nomeadamente agrícola e florestal. Disse estar igualmente prevista a constituição de uma equipa permanente para assegurar a manutenção regular de trilhos e caminhos, garantindo a sua acessibilidade e segurança ao longo do ano. Relativamente à área da saúde, mencionou o acompanhamento do processo de construção do novo edifício, encontrando-se a obra em fase adiantada. O procedimento para aquisição de equipamentos, está em preparação, em articulação com as entidades



8.
J. P. P.

competentes. Reiterou a intenção de afetar o novo espaço a serviços de saúde, salvaguardando a sua vocação inicial. Quanto às infraestruturas rodoviárias, mencionou reuniões com membros do Governo, nas quais foram abordadas matérias como o traçado do IP3, a eventual integração de troços em regime de concessão, a criação de uma paragem do Metro Bus no alto do Padrão, a criação de rotundas e a requalificação de nós considerados críticos para a segurança rodoviária. Quanto à estabilização da EM 580 (Lousã–Castelo–Sra. da Piedade), disse que o trabalho tem estado para do em virtude de pausa das festividades, mas prevê-se que iniciem de imediato de forma a manter a via circulável o mais breve possível. No âmbito das obras escolares, esclareceu que, apesar da adjudicação da empreitada da EB 2, aguarda-se a abertura de aviso de financiamento para execução da obra, encontrando-se o processo suspenso até existirem condições financeiras para o seu avanço. Abordou ainda a questão dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), que já foram entregues cerca de 130 equipamentos, no âmbito de candidatura aprovada, encontrando-se em curso o levantamento de necessidades adicionais. Relativamente ao Metrobus, reconheceu que a fase atual é ainda de adaptação e avaliação, e que as sugestões apresentadas serão remetidas à entidade gestora. No que concerne à manutenção de trilhos e levadas, esclareceu que existem contratos em vigor e equipas afetas a estas intervenções, estando prevista uma estratégia de manutenção permanente, de forma a evitar situações de degradação prolongada. (doc. nº 2 (dois)). -----

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

2. Proposta de aprovação do Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para o ano de 2026-----

Intervenções: Jorge Patrício, Sofia Antunes, Luís Martins, Guilherme Baptista, Marco Sequeira, João Melo e Paulo Magro. -----

Jorge Patrício cumprimentou todos os presentes e questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a inexistência de uma coluna comparativa relativamente ao orçamento de 2025, o que dificulta uma análise mais rigorosa e transparente da evolução das receitas e despesas. Questionou ainda se os pontos a discutir



posteriormente, já se encontram incluídos na proposta de orçamento apresentada. -----

Sofia Antunes cumprimentou todos os presentes e usou da palavra para expressar publicamente a sua intenção de voto relativamente à proposta de aprovação do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para 2026. Manifestou que votará favoravelmente, por acreditar na boa relação institucional que se está a construir entre os diversos órgãos autárquicos, considerando essa relação essencial para o bom funcionamento do poder local e para a defesa do interesse público. Reconheceu, contudo, que ainda não dispõe de dados concretos sobre os valores atribuídos no âmbito dos contratos interadministrativos e transferências para as freguesias, nem sobre as obras e investimentos previstos para integrar as Grandes Opções do Plano na sua área geográfica. Apesar disso, considerou que o voto favorável representa um gesto de confiança institucional, assumido de forma consciente, na convicção de que todos partilham o mesmo objetivo de trabalhar para o desenvolvimento equilibrado das freguesias e do concelho. Aproveitou a intervenção para apelar à concretização do Gabinete de Apoio às Freguesias, considerando-o fundamental para um acompanhamento mais próximo, eficaz e estruturado do trabalho das juntas de freguesia. Reforçou a importância do apoio em termos de equipamentos e assistentes operacionais, especialmente nas freguesias de pequena dimensão, sublinhando que tal apoio é essencial para assegurar um serviço público digno, eficiente e ajustado à realidade local. Concluiu a intervenção a destacar a cooperação e a lealdade institucionais determinantes para alcançar os melhores resultados para as populações que representa. -----

Luís Martins tomou a palavra para se pronunciar sobre o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2026, considerando tratar-se de um momento central da vida política do concelho, não apenas pelo seu volume financeiro — o maior de sempre — mas pela relevância estratégica das opções apresentadas. Em nome da oposição, afirmou que a análise efetuada é clara, responsável e fundamentada, distinguindo fiscalização de bloqueio e reiterando o compromisso com o rigor financeiro, o equilíbrio orçamental e a



estabilidade. Relativamente ao Orçamento Municipal, destacou o seu valor global de 54,3 milhões de euros, sublinhando que o município mantém capacidade de financiamento e apresenta margem positiva no equilíbrio corrente, salvaguardando os princípios legais. Contudo, referiu que o equilíbrio financeiro não dispensa uma análise à composição da receita e da despesa. Do lado da receita, salientou que, apesar da redução da taxa de IMI, a receita prevista deste imposto aumenta, em resultado da atualização das matrizes prediais e do alargamento da base tributária. Referiu igualmente o crescimento significativo de outros impostos diretos, como o IMT e a Derrama, refletindo a dinâmica económica e imobiliária do concelho. Acrescentou que uma parte relevante da receita decorre de transferências de capital associadas a fundos comunitários. Quanto à despesa corrente, apontou como principal desafio estrutural o aumento significativo das despesas com pessoal, decorrente não apenas de atualizações salariais e progressões, mas também da implementação do novo organograma municipal. Considerou que este crescimento aumenta os encargos permanentes e a rigidez financeira do município, condicionando os orçamentos futuros. No que respeita às Grandes Opções do Plano, reconheceu que o seu volume histórico resulta, em grande medida, da execução de investimentos estruturantes iniciados pelo anterior executivo, com financiamento comunitário já contratualizado e projetos plurianuais aprovados. Assim, considerou que o orçamento reflete sobretudo a materialização financeira de decisões anteriormente tomadas. Sublinhou que as GOP concentram recursos em áreas estruturantes como educação, habitação, administração geral e sustentabilidade ambiental, mas referiu não identificar novos programas estruturantes autónomos ou eixos estratégicos diferenciadores. Por fim, destacou a ausência de uma tradução clara, objetiva e financeiramente identificável do compromisso eleitoral relativo à reabertura do Serviço de Urgência Básica com atendimento permanente, defendendo que as GOP deveriam refletir de forma explícita esse compromisso, através de dotação específica e calendarização definida. Concluiu reafirmando, enquanto oposição responsável, três compromissos: a defesa do equilíbrio



financeiro, a exigência na execução e controlo da despesa corrente e a fiscalização do cumprimento dos compromissos assumidos com os cidadãos. --

Guilherme Baptista cumprimentou todos os presentes disse que foi apresentado o orçamento municipal para 2026, com um valor global de 54.313.250 €, representando um aumento significativo face ao orçamento anterior (46.707.870 €). Salientou que se trata do maior orçamento de sempre, elaborado em apenas dois meses, com ênfase na coesão social, no investimento estruturante e na captação de fundos comunitários. Destacou que a despesa de capital supera a despesa corrente em cerca de 8 milhões de euros, evidenciando uma inversão histórica de prioridades face ao orçamento anterior, em que a diferença era de 5 milhões de euros. As Grandes Opções do Plano destinam mais de 31 milhões de euros ao eixo da Coesão Social, representando um crescimento de 10% face ao ano anterior, com foco na coesão, competitividade, desenvolvimento económico, qualidade de vida e gestão municipal. Na área da Educação, quase 29% do orçamento é direcionado a este setor, com destaque para intervenções na Escola Secundária da Louçã, Escola Básica n.º 2 e Jardim de Infância de Serpins, totalizando cerca de 12,8 milhões de euros. Na Saúde, prevê-se a conclusão do segundo edifício do Centro de Saúde, com execução de 1,7 milhões de euros em 2026 (investimento total de 3,1 milhões via PRR). No domínio da Habitação, o orçamento ultrapassa os 10 milhões de euros, com projetos como 1.º Direito, Habitações a Custos Acessíveis e Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário. Para Competitividade e Desenvolvimento Económico, o investimento é superior a 3,4 milhões de euros, incluindo projetos de mobilidade, estabilização da EM 580, Nó dos Pegos, estudo para implementação do Teleférico e expansão da Zona Industrial do Alto do Padrão, bem como criação de um Centro de Negócios. A Qualidade de Vida conta com 5,5 milhões de euros, focados na eficiência energética de edifícios e recuperação pós-incêndio. Cultura e Desporto recebem mais de 1,5 milhões de euros, destinados a museus, equipamentos desportivos, nova piscina municipal, centro de alto rendimento, modernização de pavilhões e programação do Teatro Municipal. O orçamento reforça a proximidade com as populações através do aumento



de 12% nas transferências para as Juntas de Freguesia (mais de 620 mil euros) e inclui medidas fiscais como redução da taxa de IMI para 0,38%, isenção de derrama para empresas até 150 mil euros e manutenção da participação de 4% no IRS, prevendo-se futura redução da carga fiscal municipal. Destacou, também o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, com maior relevância para o ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico) e ODS 10 (Redução das Desigualdades), abrangendo ainda saúde (ODS 3), eficiência energética (ODS 7) e habitação condigna (ODS 11). Sublinhou que este orçamento reflete uma estratégia de longo prazo, com investimento estruturante e inclusivo, exemplificado pelo projeto do Teleférico, e visa criar condições para fixação da população jovem e desenvolvimento sustentável do Concelho da Lousã. -----

Marco Sequeira no âmbito da análise ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, começou por referir que o presente orçamento, contempla um conjunto de obras de enorme relevância para o concelho e para os seus habitantes, designadamente intervenções que transitam do mandato anterior e que são financiadas pelo PRR, como as obras de reabilitação das escolas, o investimento na habitação e a construção do novo edifício do Centro de Saúde. Referiu também que, no orçamento anterior, a juventude tinha alocada uma dotação de 65.700 euros, correspondente a 0,14% do orçamento, enquanto no orçamento para 2026 a dotação apresentada é de 54.550 euros, correspondente a 0,10% do orçamento. Sublinhou que tal representa uma redução superior a 11.000 euros, equivalente a 16,97%. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, questionou, tendo em conta que o programa apresentado para a juventude é em tudo semelhante ao anterior, mas com uma redução de quase 17% da verba, onde é que prevê efetuar cortes. Concluiu referindo que, sendo o slogan recente das iniciativas da autarquia “A Lousã tem...”, neste caso, infelizmente, se poderá afirmar que “A Lousã tem um corte na Juventude”. -----

João Melo referiu que o orçamento apresentado é o maior de sempre, reconhecendo a oportunidade de recurso a fundos que dificilmente o



Município voltará a dispor. Contudo, salientou que o facto de ser o maior orçamento não implica, por si só, que seja o melhor, colocando em causa a capacidade de execução por parte da Câmara Municipal e a adequação das prioridades definidas aos problemas reais da população, tendo ainda referido que muitos dos investimentos previstos não são novos. Reconheceu a importância das Grandes Opções do Plano e do Orçamento enquanto instrumentos fundamentais de planeamento das políticas públicas municipais, considerando, no entanto, que os documentos não refletem plenamente uma visão estratégica capaz de responder à totalidade das necessidades atuais e futuras do Concelho, manifestando a expectativa de que apresentem maior rigor, clareza e inclusão de medidas estruturantes para o desenvolvimento do Município. -----

Paulo Magro interveio e destacou que este orçamento é apresentado dois meses após a tomada de posse do atual Executivo. Fez uma comparação com orçamentos municipais dos últimos 12 anos, com médias e valores históricos, sublinhando que o orçamento de 2026 supera todos os anteriores, incluindo o orçamento e as GOP de 2025. Questionou a crítica do Partido Socialista de que o orçamento seria excessivamente conservador, sem visão estratégica, com fraca aposta no desenvolvimento económico, ausência de resposta estrutural à habitação e forte dependência de fundos externos, considerando inadequada qualquer comparação com orçamentos de múltiplos anos de governação anteriores, face ao seu curto período de preparação. Sublinhou ainda a necessidade de o Executivo clarificar como irá candidatar, executar e assegurar o financiamento dos projetos e obras anunciados nos últimos anos, garantindo a concretização e o pagamento integral destes investimentos, bem como a manutenção do bem-estar da população do concelho. Manifestou a preocupação com o equilíbrio financeiro e a execução efetiva das obras e projetos, independentemente de anúncios eleitorais anteriores, como prioridade para o futuro do Concelho. -----

O Sr. Presidente da Câmara começou por agradecer aos serviços da autarquia, o trabalho desenvolvido na preparação dos documentos previsionais, salientando o esforço técnico que permitiu apresentar o Orçamento e as



Grandes Opções do Plano para 2026. Agradeceu ainda as propostas apresentadas pelo Partido Socialista e pelo Movimento MIL, referindo que foram os únicos contributos formais recebidos e que várias das propostas apresentadas se encontram refletidas no documento final. Sublinhou que o Orçamento para 2026 deve ser encarado com responsabilidade acrescida, atendendo a três fatores principais: a consolidação das obras financiadas pelo PRR, o novo ciclo de financiamento comunitário e a necessidade de garantir flexibilidade orçamental para enquadrar futuras candidaturas e oportunidades. Referiu que poderá vir a ser necessário proceder a revisões orçamentais, caso surjam novos enquadramentos financeiros. Defendeu que o documento apresentado é um orçamento responsável e realista, não constituindo um instrumento de propaganda política, mas antes uma ferramenta de gestão que permite ao executivo trabalhar com estabilidade, cumprir compromissos e responder às necessidades do concelho. Relativamente às intervenções dos membros da Assembleia, esclareceu que: a comparação com o orçamento anterior poderá ser analisada em sede de prestação de contas; as dotações relativas a pessoal refletem a nova estrutura orgânica e os encargos previstos; que mantém o compromisso de reforçar os contratos interadministrativos com as freguesias e de criar uma equipa de apoio às mesmas; no que respeita à área da Juventude, a dotação inscrita corresponde ao valor efetivamente executado no ano anterior, podendo ser ajustada mediante necessidade. ---- Quanto às obras financiadas pelo PRR, reafirmou o empenho no cumprimento dos prazos, reconhecendo os riscos e a exigência financeira associada, designadamente no caso da Escola Secundária; relativamente ao projeto do teleférico, informou que parte do financiamento já se encontra assegurado e que o desenvolvimento será faseado, dependendo da viabilidade financeira e de novas fontes de financiamento, reiterou que o Executivo está empenhado na concretização dos investimentos previstos, assegurando rigor, responsabilidade financeira e transparência. -----

Luís Martins, em interpelação à mesa referiu não necessitar de esclarecimentos adicionais, salientando que a questão dos 54 milhões de euros já havia sido reconhecida pelo Deputado Paulo Magro, tendo esse montante feito parte do



orçamento aprovado em Assembleia Geral, bem como de outras decisões relevantes anteriormente assumidas. Relativamente à área da saúde, esclareceu que não pretende que o Sr. Presidente se substitua ao Ministério da Saúde, mas sim mantenha uma postura atenta e interventiva, exigindo o cumprimento das responsabilidades que competem à tutela. Sublinhou que o Município deve continuar a acompanhar a situação e a desenvolver esforços no sentido de ver concretizadas as soluções necessárias para a população. De igual modo, referiu não estar à espera de que o Sr. Presidente se substitua ao Ministério da Administração Interna no que respeita ao edifício da GNR, tratando-se de uma competência própria do Estado. Ainda assim, manifestou convicção de que será possível avançar com contratos interadministrativos que permitam melhorar as condições oferecidas aos militares, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e melhores condições de trabalho. Concluiu afirmando que é neste âmbito de cooperação institucional e de articulação com a Administração Central que o Município deve continuar a atuar, mantendo uma postura dinâmica e colaborativa em defesa dos interesses do concelho. -----

Colocada à votação da Assembleia Municipal a Proposta do Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para o ano de 2026 a mesma foi aprovada por maioria com 8 (oito) abstenções do PS, 2 (duas) abstenções do MIL e 1 (uma) abstenção do CHEGA, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos (doc. nº 3(Três)). -----

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

3. Proposta de aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2026; -----

Intervenções: Jorge Patrício, Luís Martins, -----

Jorge Patrício questionou a proposta de inclusão de mais de 85 novos postos de trabalho no mapa de pessoal, o que representa um crescimento superior a 25% face ao número atual de trabalhadores do Município. Neste sentido, manifestou preocupação quanto à estrutura proposta, considerando necessário um esclarecimento mais detalhado sobre a real necessidade da criação destes lugares, designadamente no que respeita ao equilíbrio entre funções



28.11.19

operacionais e cargos de direção e solicitou uma explicação fundamentada que justifique a inclusão destes novos postos de trabalho. -----

Luís Martins, interveio para referir que, relativamente ao Mapa de Pessoal, importa validar três dimensões essenciais: o impacto financeiro, a dinâmica organizacional e a exigência de indicadores de acompanhamento. Esclareceu, desde logo, que o documento em apreciação não propõe a criação imediata de 85 novos postos de trabalho, mas antes identifica a necessidade de 85 postos, à semelhança do que sucedeu em mapas de pessoal anteriores, considerando que esta distinção deve ser feita com rigor. Sublinhou, contudo, que a análise do Mapa de Pessoal não pode ficar circunscrita à mera identificação de necessidades, nem limitada à reestruturação dos lugares de chefia através da criação de novas unidades orgânicas. Referiu que está em causa toda a dinâmica envolvente ao quadro de pessoal, com implicações diretas na organização interna, na afetação de recursos e na despesa corrente futura. Do ponto de vista financeiro, indicou que os dados disponíveis permitem afirmar que apenas a nova organização dos lugares de chefia representa um acréscimo de despesa anual na ordem dos 198.000 euros, valor que não inclui qualquer impacto financeiro associado a técnicos superiores, assistentes ou outros colaboradores. Acrescentou que não se encontra evidenciado o impacto global da restante dinâmica do Mapa de Pessoal, designadamente no que respeita a eventuais admissões futuras decorrentes das necessidades identificadas, mobilidades internas, reorganização funcional de serviços ou reforços progressivos de recursos humanos ao longo do ciclo orçamental. Referiu que, embora o Orçamento se encontre formalmente equilibrado, não é possível, neste momento, avaliar plenamente a sustentabilidade financeira do Mapa de Pessoal no seu conjunto, para além do impacto já identificado ao nível das chefias. Neste contexto, afirmou que a posição assumida é clara e responsável, admitindo o aumento de despesa com pessoal em abstrato, desde que associado a objetivos concretos, como ganhos de eficiência, melhoria da qualidade e dos tempos de resposta dos serviços, maior satisfação dos trabalhadores municipais e melhor serviço prestado aos munícipes e utentes, devendo essa associação ser demonstrada com dados objetivos. Por essa



razão, informou que o Grupo Municipal do PS entende ser indispensável que o Executivo apresente e acompanhe a implementação do novo Mapa de Pessoal através de indicadores de desempenho claros e mensuráveis, que permitam avaliar, ao longo do tempo, o impacto financeiro efetivo do novo modelo, a evolução da despesa com pessoal para além dos 198.000 euros já identificados nas chefias, os ganhos reais de eficiência organizacional e os resultados concretos alcançados para os municípios. Concluiu que não está apenas em causa a reorganização das chefias, mas toda a dinâmica do quadro de pessoal, cujo impacto financeiro global não se encontra plenamente evidenciado, razão pela qual a Assembleia acompanhará a execução do Mapa de Pessoal com atenção, exigência e orientação para resultados, avaliando-o não pelas intenções que enuncia, mas pelos efeitos que venha efetivamente a produzir. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu o Sr. Jorge Patrício que para contratar na função pública é necessário ter lugares criados, daí existir este número de lugares, o que não quer dizer de sejam todos ocupados durante o próximo ano, contudo, é necessário acautelar a quantidade de funcionários que se encontram perto da reforma. Reforçou a importância de esforçar o número de assistentes operacionais. Referiu que a estrutura organizacional proposta não representa um aumento significativo de encargos face à estrutura atualmente em vigor. Esclareceu que, embora esteja prevista a criação de novos lugares, a comparação deve ser feita entre a estrutura atual aprovada — que contempla três unidades orgânicas com cargos de chefia — e a estrutura proposta. Disse ainda que, mesmo considerando os lugares a criar e os que se pretendem preencher, a nova estrutura poderá revelar-se globalmente menos onerosa do que a atualmente existente. Salientou que o objetivo da alteração não é aumentar despesa, mas sim agilizar e otimizar o funcionamento dos serviços, reforçando a capacidade de resposta à população. Mostrou ainda disponibilidade para, aquando da prestação de contas de 2026, apresentar relatório detalhado com a avaliação das melhorias introduzidas e do impacto da nova organização nos serviços municipais. -----



Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a votação da Proposta de aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2026, a mesma foi aprovada por maioria com 8 (oito) abstenções do PS, 2 (duas) abstenções do MIL, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos (doc. nº 4(quatro)). -----

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

4 Proposta de transferência de competências e recursos do município da Louçã para a freguesia de Vilarinho-----

Intervenções: Joaquim Seco e Filipa Vidal -----

Joaquim Seco tomou a palavra e referiu que a Freguesia de Vilarinho está recetiva à transferência de competências, desde que a mesma não prejudique a gestão corrente da Junta de Freguesia. Informou que, em reunião da Assembleia de Freguesia, este ponto foi aprovado por maioria, subsistindo, no entanto, algum receio, considerando que se trata do início do atual mandato e que existem incertezas quanto às exigências futuras decorrentes das competências assumidas. Acrescentou que ficou mais tranquilo após a referência do Senhor Presidente à possibilidade de celebração de adendas às transferências, caso se revele necessário reforçar meios. Salientou ainda que a Junta não dispõe, atualmente, de meios humanos nem técnicos adequados para executar trabalhos com maior grau de complexidade. -----

Filipa Vidal interveio cumprimentando todos os presentes e disse que o Partido votará favorável à transferência de competências e recursos para as Freguesias da Louçã e de Vilarinho, por considerar a descentralização, a proximidade às populações e o papel das freguesias na gestão do território como princípios fundamentais. No entanto, sublinhou a necessidade de um acompanhamento permanente do processo, sobretudo no que respeita à adequação dos recursos financeiros transferidos. Referiu ainda que, no âmbito desta transferência, foram atribuídos 112.000 € à Freguesia da Louçã e 45.000 € à Freguesia de Vilarinho, valores destinados a competências permanentes na área da manutenção, levantando-se dúvidas quanto à sua suficiência face aos custos reais e ao aumento generalizado das despesas. Nesse sentido considerou essencial a monitorização regular dos custos, a existência de mecanismos de revisão dos montantes e uma articulação permanente entre o Município e as freguesias.



Questionou, ainda o ponto de situação relativamente aos procedimentos de transferência de competências e recursos para as restantes freguesias do Concelho, bem como os valores a transferir e a sua adequação às respetivas necessidades. Por último, solicitou clarificação quanto à diferença entre os valores comunicados à DGAL em junho (137.500 €) e os montantes agora previstos nos autos de transferência (157.000 €), e de que forma o Município pretende assegurar essa diferença. -----

O Sr Presidente da Câmara começou por salientar que os montantes divulgados tiveram por base critérios previamente definidos, relativamente à desagregação das freguesias, mas esclareceu que o raciocínio seguido foi o mesmo para todas as freguesias. Explicou que foi estabelecida uma regra de atualização de 10%, valor que considerou aproximar-se da inflação média dos últimos dois a três anos, procurando, assim, reforçar as transferências sem comprometer a estabilidade financeira do Município. Acrescentou que se tratou de um exercício de final do ano, envolvendo todas as freguesias, num contexto de prudência orçamental. Referiu ainda que, caso surjam situações imprevistas ou necessidades urgentes, poderá ser acionado o mecanismo de adenda aos protocolos ou a celebração de contratos interadministrativos, garantindo que nenhuma freguesia ficará prejudicada. Sublinhou a importância de uma gestão rigorosa e faseada, assegurando equilíbrio contabilístico e evitando comprometer quer o funcionamento das juntas de freguesia, quer os projetos municipais em curso. Concluiu referindo que eventuais diferenças de valores decorrem essencialmente de ajustamentos técnicos e da análise efetuada no âmbito do processo, mantendo-se o compromisso de acompanhamento contínuo da execução. -----

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a votação da proposta de transferência de competências e recursos do município da Lousã para a freguesia de Vilarinho, a mesma foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, (doc. nº 5(cinco)). -----

PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

5. Proposta de manutenção no âmbito de intervenção do Município de parte de competências a transferir para a Freguesia de Vilarinho; -----



DS.
24/10
JPD

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a votação da Proposta de manutenção no âmbito de intervenção do Município de parte de competências a transferir para a Freguesia de Vilarinho, a mesma foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 6 (seis). -----

PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

6. Proposta de Transferência de competências e recursos do Município da Lousã para a Freguesia da Lousã; -----

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a proposta de Transferência de competências e recursos do Município da Lousã para a Freguesia da Lousã, a mesma, foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 7 (sete). -----

PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

7. Proposta de manutenção no âmbito de intervenção do Município de parte de competências a transferir para a Freguesia da Lousã;

Colocada à votação a proposta de manutenção no âmbito de intervenção do Município de parte de competências a transferir para a Freguesia da Lousã, a mesma foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 8 (oito). -----

PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

8. Proposta de alienação da participação do Município no capital social da empresa EMEQUATRO Educação e Serviços, Lda; -----

Inscrições: João Melo e Luís Martins -----

João Melo referiu que a participação do Município da Lousã na sociedade "Emequatro" teve origem numa justificação de interesse público associada ao projeto educativo da Escola Profissional da Lousã. Contudo, salientou que a participação municipal é atualmente minoritária, implicando perda de influência e de retorno financeiro para o Município. Face à ineficácia da participação societária, foi aceite a alienação da quota, considerando que a permanência no capital social deixou de servir o interesse público. O voto favorável foi, no entanto, politicamente condicionado à garantia de permanência da Escola Profissional no Concelho, ao alinhamento da oferta



formativa com as necessidades locais e à existência de mecanismos de acompanhamento por parte do Município. -----

Luís Martins interveio para referir que o ponto em análise não pode ser tratado como um simples ato financeiro ou administrativo. Está em causa a venda da participação do Município na EMEQUATRO, sociedade que esteve, durante anos, diretamente ligada à sobrevivência da Escola Profissional da Lousã e, consequentemente, a um interesse público essencial na área da educação. Recordou o contexto da entrada do Município na sociedade, e que à data a alternativa colocada era clara: ou havia intervenção pública municipal ou o concelho perderia a sua escola profissional. Referiu que a entrada do Município na EMEQUATRO, com um investimento global na ordem dos 50.300 euros, que permitiu a aquisição de cerca de 32% do capital social e foi determinante para evitar esse desfecho. Acrescentou que a celebração de contratos de comodato das instalações municipais, possibilitou a redução de custos fixos e criou condições efetivas para a recuperação da entidade, tendo este contributo público sido decisivo. Sublinhou que, atualmente, a EMEQUATRO é uma escola de referência, com capital social reforçado, rácios de solvabilidade equilibrados e estabilidade financeira. Esclareceu ainda que foi uma opção política estratégica consciente do Município não interferir na gestão da sociedade, reconhecendo-se que a gestão deveria caber a quem detinha o know-how e a maioria do capital. Essa foi também a razão invocada para que o Município não acompanhasse os sucessivos aumentos de capital, aceitando a diluição da sua participação até aos atuais 2%. Salientou que tal não resultou de desinteresse, mas de coerência com o objetivo inicial: salvar a atividade educativa e não gerar lucro. Afirmou que o Município, nunca esteve na EMEQUATRO para obter rentabilidade financeira, o que explica não ter sido aplicado o método da equivalência patrimonial nem terem sido exigidos dividendos. Perante este histórico, considerou que a questão central é política e estratégica, questionando a razão pela qual se decide vender neste momento e se tal constitui uma opção estratégica assumida pelo atual Executivo. Do ponto de vista técnico, referiu existirem questões que poderão ser esclarecidas pelo responsável financeiro da autarquia ou pelo ROC que apoia



as demonstrações financeiras do Município. Assumindo o método do custo, que afirmou ter sido sempre o critério seguido, indicou que o valor histórico do investimento municipal ronda os 50.300 euros, sendo a contraproposta apresentada inferior a esse montante, o que configura objetivamente uma menos-valia contabilística. Acrescentou que a avaliação incide apenas sobre os 2% atuais, ignorando o percurso histórico do investimento municipal e o papel determinante que o Município teve na consolidação financeira da empresa. Referiu ainda não ser claro de que forma foram consideradas as rubricas do passivo, os diferimentos de subsídios à exploração ou ao investimento, nem como se explica a redução de reservas legais em montante superior ao aumento de capital ocorrido em 2024, matérias que, afirmou, estarão certamente suportadas no dossier fiscal da sociedade participada. Questionou se, considerando o método do custo, se confirma que a contraproposta atualmente apresentada é inferior ao valor de aquisição, configurando uma menos-valia contabilística e, em caso afirmativo, como se compatibiliza essa situação com o princípio da defesa e valorização do património público. Solicitou ainda informação sobre os custos totais estimados do processo de alienação, designadamente avaliação externa, assessoria jurídica e eventual procedimento de hasta pública. Por fim, questionou: estando o Município prestes a deixar de ser sócio de uma sociedade que usufrui gratuitamente de um dos principais imóveis municipais no centro da vila, perguntou se está garantida a manutenção da sede e da Escola Profissional na Louçã, pelo menos até ao termo do contrato de comodato em vigor? -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que, na sequência de sucessivos aumentos de capital, a participação municipal foi sendo diluída, representando atualmente 2% do capital social. Referiu que esta percentagem não confere qualquer capacidade efetiva de decisão ou influência determinante na gestão da entidade, pelo que, do ponto de vista prático, a detenção de 2% ou a sua inexistência não altera substancialmente a posição do Município. A influência exercida tem sido sobretudo institucional e política, independentemente da participação acionista. Salientou ainda que não se antevê risco de deslocalização da escola, atendendo às condições oferecidas pelo Município.



Relativamente ao processo de alienação, informou que a proposta inicial apresentada, no valor de 26.000 euros, foi considerada manifestamente insuficiente. O Município apresentou contraproposta no valor aproximado de 49.000 euros, a qual foi aceite. Paralelamente, foi solicitada avaliação independente da empresa, cujo valor apurado foi inferior à proposta apresentada pelo Município, reforçando a adequação do montante negociado. Esclareceu ainda que o valor acordado servirá de base à hasta pública a realizar no início do próximo ano, com vista à alienação da participação. Considera-se que o interesse na aquisição dos 2% será, previsivelmente, limitado aos atuais acionistas maioritários. Concluiu que a alienação permitirá ao Município recuperar praticamente a totalidade do valor investido, sem prejuízo financeiro, considerando ainda o trabalho desenvolvido pela atual direção da escola e a evolução positiva da instituição. Relativamente aos custos associados ao processo de alienação da participação municipal, esclareceu que o único encargo suportado pelo Município ronda os 1.700 euros, correspondente à avaliação independente da empresa. Referiu também que existe um parecer jurídico no sentido de que o procedimento que melhor salvaguarda o interesse do Município é a realização de hasta pública. Embora fosse juridicamente admissível a venda direta, entendeu-se que, por razões de transparência e de maior segurança institucional, a hasta pública constitui a solução mais adequada, proporcionando maior conforto ao Executivo e à Assembleia Municipal. Nesse sentido, a opção apresentada visa garantir um processo claro, transparente e devidamente fundamentado. -----

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a votação da proposta de alienação da participação do Município no capital social da empresa EMEQUATRO Educação e Serviços, Lda, a mesma foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 9 (nove). -----

PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

9. Proposta de Adesão do Município da Louçã à ANAM Associação Nacional de Assembleias Municipais; -----



A Mesa da Assembleia Municipal da Lousã propõe a adesão do Município da Lousã à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, entidade que tem por objetivo a valorização do papel das Assembleias Municipais enquanto órgãos centrais da democracia local. A ANAM promove a cooperação institucional, a partilha de boas práticas e a capacitação dos eleitos locais, contando atualmente com a adesão de um número significativo de municípios, o que reforça a sua relevância no quadro da administração autárquica. A adesão permitirá reforçar a representação institucional da Assembleia Municipal da Lousã e contribuir para o fortalecimento da democracia local. A proposta implica o pagamento de uma quota anual conforme deliberação da Assembleia Geral da ANAM, e carece de deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, nos termos legais. Nestes termos, propõe recomendar à Câmara Municipal a adesão do Município da Lousã à ANAM, e indicar o Presidente da Assembleia Municipal como representante do Município, aprovar o pagamento da quota anual, aceitar os Estatutos da ANAM e determinar o envio da deliberação às entidades competentes. -----

Luís Pires no presente ponto, mencionou a Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), entidade que reúne assembleias municipais de todo o país com o objetivo de valorizar, representar e reforçar o papel destes órgãos deliberativos no poder local. Destacou o papel da ANAM na promoção da partilha de boas práticas, formação dos eleitos locais, debate sobre o funcionamento democrático e defesa da autonomia e dignidade das assembleias municipais. Elogiou a proposta da Mesa desta Assembleia para adesão à ANAM, considerando a decisão positiva e alinhada com as boas práticas do poder local. Referiu ainda que municípios vizinhos, já integram esta associação, beneficiando da partilha de conhecimento, formação contínua e reforço do papel das assembleias municipais enquanto órgãos fundamentais da democracia local. Considerou que a adesão representa um passo importante na valorização da Assembleia Municipal da Lousã e no fortalecimento da democracia local. -----



Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a votação a proposta de Adesão do Município da Louçã à ANAM Associação Nacional de Assembleias Municipais, a mesma foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº10 (dez). -----

PONTO 10 DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

10. Proposta seguro de acidentes pessoais dos membros da Assembleia Municipal;-----

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a votação da proposta seguro de acidentes pessoais dos membros da Assembleia Municipal, a mesma foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 11 (onze). -----

PONTO ONZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

11. Apreciação e Votação da Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Municipal e do Regulamento da Transmissão em Direto das Sessões da Assembleia Municipal da Louçã;-----

A Mesa da Assembleia Municipal da Louçã propôs a apreciação e votação da alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, através do aditamento do artigo 40.º-B, bem como a aprovação do Regulamento de Transmissão em Direto das Sessões da Assembleia Municipal. O objetivo desta proposta é reforçar a transparência, a participação cívica e o acesso dos cidadãos aos trabalhos da Assembleia Municipal, permitindo a transmissão em direto das sessões, com regras claras e salvaguardando os direitos dos eleitos e dos cidadãos, nomeadamente em matéria de proteção de dados. Salientou que a transmissão das sessões sempre foi defendida pelo grupo municipal “É Hora de Mudar – PSD/CDS” e que a aprovação do aditamento ao Regimento e do Regulamento de Transmissão em Direto, bem como a sua publicação no site institucional do Município, representa um passo relevante para uma Assembleia mais aberta e acessível. -----

Inscrições: João Curvelo, Luís Martins, Rui Morais-----

João Curvelo em nome do grupo municipal “É Hora de Mudar – PPD-PSD/CDS/PP” reconheceu a Mesa da Assembleia Municipal pela decisão de transmitir as sessões da Assembleia, destacando a importância desta medida para a



transparência, proximidade aos munícipes e reforço da democracia local. Salientou que, no mandato anterior, este grupo foi o único a defender de forma clara e consistente a transmissão das sessões, e que a colaboração com os deputados Luís Martins e Patrícia Ramalheiro na comissão do Regimento da Assembleia Municipal permitiu alcançar uma solução de compromisso e acordo comum. Colocou ainda uma questão ao Partido Socialista, em particular aos deputados que estiveram em funções no mandato anterior, sobre os motivos que impediram a transmissão das sessões da Assembleia Municipal nesse período, considerando que seria do interesse dos munícipes obter esclarecimento sobre esta situação. -----

Luís Martins referiu que, enquanto membros da Comissão do Regimento, participaram na elaboração e promoção da proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal da Louçã e ao Regulamento da Transmissão em Direto das Sessões. Sublinhou que se tratou de um trabalho claramente profícuo, desenvolvido com espírito de abertura, diálogo e responsabilidade institucional, no qual existiu uma efetiva capacidade de ouvir, de argumentar e de ponderar todos os pontos de vista apresentados. Salientou que a alteração ao regulamento agora em apreciação resulta desse exercício coletivo, procurando assegurar, por um lado, a transparência e o acesso dos cidadãos aos trabalhos da Assembleia e, por outro, o respeito pelos direitos individuais, em particular no que respeita à proteção de dados pessoais e ao direito à participação cívica. Referiu que foram introduzidas soluções equilibradas, designadamente a distinção clara entre intervenções de titulares de cargos públicos e de cidadãos, a exigência de consentimento informado, a possibilidade de suspensão da transmissão sempre que tal se revele necessário e a salvaguarda do normal funcionamento dos trabalhos. Concluiu que, no entendimento do grupo, o regulamento reforça a legitimidade democrática da Assembleia Municipal, valoriza o seu funcionamento e aproxima os cidadãos da vida pública local, sem abdicar do rigor jurídico e institucional que este órgão exige. -----

Colocada à votação da Assembleia Municipal a votação a proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Municipal e do Regulamento da



Transmissão em Direto das Sessões da Assembleia Municipal da Louçã, a mesma foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 12 (doze). -----

PONTO DOZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

12. Eleição de membro suplente do Presidente da Junta de freguesia representante do Município na ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses); -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informou que os presidentes de junta fizeram chegar o nome de Jorge Lima - Presidente da Junta de Serpins, para representante suplente do município da ANMP. -----

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal e eleição de membro suplente do Presidente da Junta de freguesia representante do Município na ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), a mesma foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 13 (Treze). -----

PONTO TREZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

13. Proposta para a criação de uma comissão organizadora das comemorações dos 50 anos do poder local democrático; -----

A Mesa da Assembleia Municipal apresentou a proposta de criação de uma comissão organizadora para assinalar os 50 anos do Poder Local Democrático no Município da Louçã, em 2026, data que marca o cinquentenário da instalação dos primeiros órgãos autárquicos democraticamente eleitos, após as eleições de 12 de dezembro de 1976. A proposta incluiu: Assinalar oficialmente 2026 como Ano Comemorativo dos 50 anos do Poder Local Democrático; Promover um programa comemorativo ao longo do ano, envolvendo órgãos autárquicos, freguesias, comunidade educativa, movimento associativo e população; Mandatar a Mesa da Assembleia Municipal, em articulação com a Câmara Municipal, para a criação de uma comissão organizadora; Realizar uma sessão solene evocativa, homenageando os primeiros eleitos locais e todos os que contribuíram para o poder local; Promover conferências, exposições históricas e iniciativas junto das escolas e da Assembleia Municipal Jovem. -----

Inscrições: Paulo Magro, João Melo. -----



Paulo Magro endereçou elogio à Mesa da Assembleia Municipal pela iniciativa de criar uma comissão dedicada à comemoração dos 50 anos do Poder Local Democrático. Considerou tratar-se de uma decisão oportuna e meritória, que valoriza a memória, o percurso e o papel fundamental do poder local na consolidação da democracia e no desenvolvimento do concelho, sendo também um momento de reconhecimento da Assembleia Municipal enquanto órgão deliberativo e representativo. Salientou que a criação desta comissão constitui um sinal de respeito pelo passado e de compromisso com a valorização das instituições democráticas, pelo que foi saudada e felicitada, manifestando a disponibilidade para colaborar no que for necessário. -----

João Melo manifestou a intenção de voto favorável à proposta, considerando que a iniciativa reveste um significado político, histórico e simbólico relevante para o Concelho da Lousã e para o regime democrático português. Destacou que o Poder Local Democrático resulta diretamente do 25 de Abril de 1974 e da Constituição da República Portuguesa de 1976, que consagrou as autarquias como pilar essencial da Democracia, da cidadania ativa e da proximidade entre eleitos e populações. Referiu ainda o papel determinante do poder local na afirmação da Democracia no quotidiano das populações e o contributo desse percurso para o desenvolvimento do Concelho da Lousã ao longo das últimas décadas. Assinalar os 50 anos foi entendido como um reconhecimento desse caminho coletivo e como um compromisso com o futuro, sustentado na memória e na responsabilidade democrática. -----

O Sr. Presidente da Câmara referiu que as autarquias locais desempenham um papel fundamental na resposta diária às necessidades das populações, estando em contacto direto e permanente com os cidadãos. No âmbito da evocação dos 50 anos do Poder Local, salientou a importância de assinalar a data, reconhecendo o contributo das autarquias e dos eleitos locais enquanto principais obreiros das políticas públicas de proximidade. Destacou que o ano em causa assume particular relevância, atendendo ao debate em curso sobre a revisão do Estatuto dos Eleitos Locais e às perspetivas de alterações legislativas previstas para 2026, com eventual reflexo no Orçamento do Estado de 2027. Considerou que a melhor forma de assinalar os 50 anos do Poder Local será



através do reconhecimento efetivo do papel dos eleitos locais, designadamente mediante a concretização da revisão do respetivo enquadramento legal, valorizando e dignificando as suas funções. -----

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a votação da proposta para a criação de uma comissão organizadora das comemorações dos 50 anos do poder local democrático, a mesma foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 14 (quatorze). --

PONTO QUATORZE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

14. Proposta para a criação da Assembleia Municipal Sénior; -----

A Mesa da Assembleia Municipal da Louçã propôs a criação da Assembleia Municipal Sénior da Louçã, órgão de natureza consultiva destinado a reforçar a participação cívica dos munícipes com 65 ou mais anos. A composição da Assembleia Municipal Sénior incluirá representantes séniores indicados pelas Juntas de Freguesia, instituições e associações da área sénior, cidadãos interessados, representantes dos grupos municipais e do Executivo Municipal, com detalhes a serem definidos em regimento próprio. Prevê-se a realização de reuniões ordinárias duas vezes por ano, em formato público, apresentando os contributos à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal. A criação deste órgão permitirá: Ouvir e integrar as preocupações e propostas da população sénior; emitir recomendações e pareceres sobre envelhecimento ativo, mobilidade, acessibilidade, ação social, saúde, cultura e inclusão; combater o isolamento social e promover o diálogo intergeracional; melhorar a qualidade das decisões municipais, sem gerar custos significativos. -----

Inscrições; Joaquim Seco, Patrícia Ramalheiro, Ana Isabel Nunes. -----

Joaquim Seco, tomou a palavra para manifestar a sua concordância e entusiasmo relativamente à proposta apresentada, destacando a sua ligação pessoal e profissional às questões da terceira idade e à promoção da intergeracionalidade. Salientou que os idosos representam uma fonte valiosa de experiência e ensinamentos, podendo, através de atividades organizadas, combater a solidão e o isolamento social. Referiu que, muitas vezes, o conhecimento e a vivência desta faixa etária constituem um exemplo para as gerações mais jovens. Enalteceu, por fim, a iniciativa apresentada, felicitando



o Presidente e os proponentes, destacando a importância de dar apoio e atenção a esta geração de cidadãos. -----

Patrícia Ramalheiro referiu o aumento demográfico da população idosa e os desafios que este contexto coloca às instituições, famílias e comunidade, salientando a importância de políticas preventivas e promotoras de saúde, autonomia e qualidade de vida. Destacou o investimento realizado ao longo dos anos pelo Município na população sénior, nomeadamente através do Plano Municipal Sénior, no qual se prevê a criação do Conselho Municipal Sénior como órgão consultivo de envolvimento e auscultação dos idosos na definição de políticas públicas. Recordou que o Município da Lousã foi distinguido em 2023 como “Território de Longevidade”, e referiu diversos projetos e iniciativas dirigidos à população sénior, incluindo programas de envelhecimento ativo, apoio social, iniciativas intergeracionais e mecanismos de participação. Sublinhou que o Conselho Municipal Sénior se encontra constituído, é regido por regulamento próprio e prossegue objetivos alinhados com a melhoria das políticas de envelhecimento ativo no Concelho. Face à existência deste órgão e ao trabalho já desenvolvido nesta área, o Grupo Municipal do Partido Socialista considerou não pertinente a criação de uma nova estrutura ou assembleia com o mesmo âmbito, anunciando voto contra a proposta. -----

Ana Isabel Nunes cumprimentou todos os presentes e elogiou a Mesa da Assembleia Municipal pela proposta de criação da Assembleia Municipal Sénior, reconhecendo o seu elevado mérito na promoção da participação cívica, valorização da experiência dos cidadãos seniores e reforço da inclusão democrática, contribuindo para uma democracia local mais participativa, representativa e para o fortalecimento da Assembleia Municipal através do trabalho a apresentar por aquele órgão. -----

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a votação Proposta para a criação da Assembleia Municipal Sénior foi aprovada por maioria com 7(sete) votos contra e 1(uma) abstenção do PS., quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 15 (quinze). -----



O Senhor Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis da Coligação É Hora de Mudar – PPD/PSD – CDS-PP, do PS, do MIL e do CHEGA, quando estavam presentes na sala vinte e seis elementos. -----

Nada mais havendo a tratar, **o Senhor Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todas as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e três horas e trinta minutos.

O Presidente da Mesa,

Santinho Antunes

A 1.ª Secretária,

Maria Guilhermina Antunes

A 2ª Secretária,

Daniela Santos